

ESTADO

OPULÊNCIA E DOMINAÇÃO NA TERCEIRA ONDA

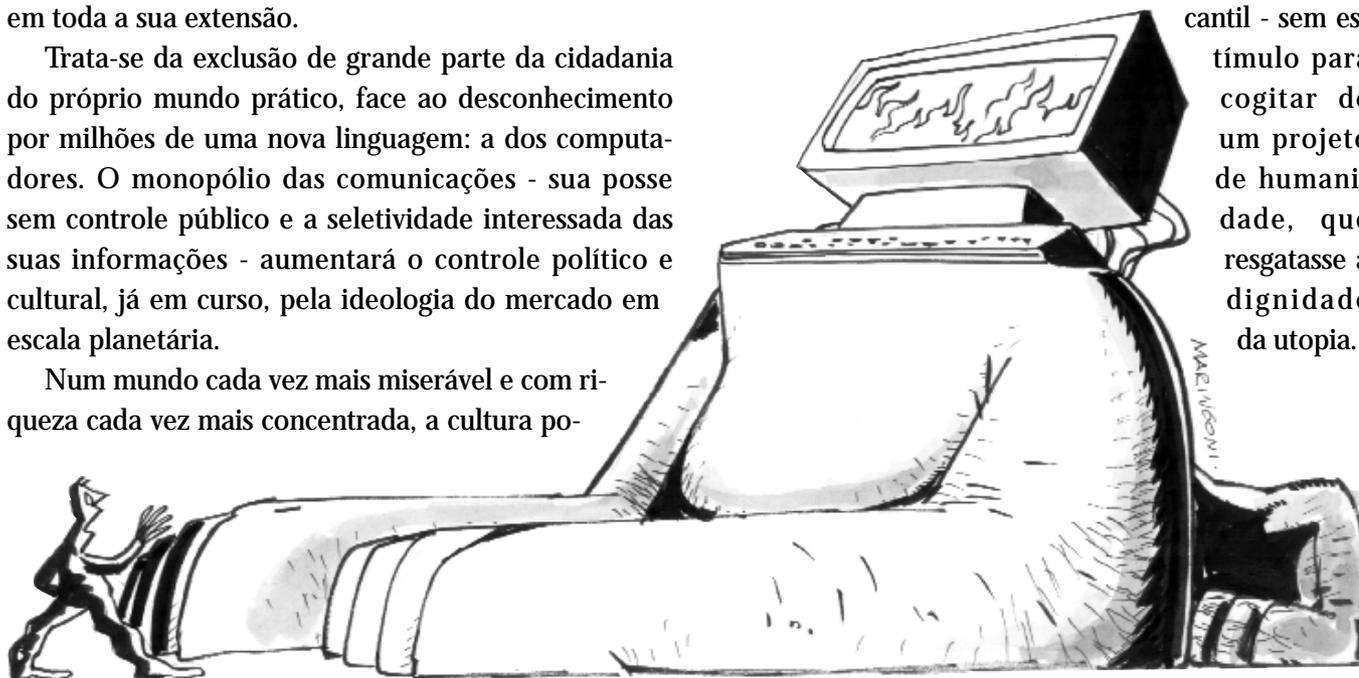
Tarso Genro

Ao lado da segregação e da exclusão social, impulsionadas pelos liberais convertidos em neoliberais e pelos ex-social-democratas (que passaram a defender o fim de políticas distributivas através da regulação do Estado), prepara-se uma “terceira onda” de desigualdade, cujo grau de desumanidade ainda não pode ser avaliado em toda a sua extensão.

Trata-se da exclusão de grande parte da cidadania do próprio mundo prático, face ao desconhecimento por milhões de uma nova linguagem: a dos computadores. O monopólio das comunicações - sua posse sem controle público e a seletividade interessada das suas informações - aumentará o controle político e cultural, já em curso, pela ideologia do mercado em escala planetária.

Num mundo cada vez mais miserável e com riqueza cada vez mais concentrada, a cultura po-

lítica gerada pelos monopólios não se cansa de bater em três teclas, sem permitir de fato qualquer argumento contrário: o mercado é o novo Deus que torna o Estado supérfluo; tudo que é público e estatal é velho e atrasado; esquerda é sinônimo de oposição à modernização e à modernidade. Nos últimos dez anos as novas gerações sofreram uma brutal lavagem cerebral, para se tornarem elas mesmas peças da engrenagem mercantil - sem estímulo para cogitar de um projeto de humanidade, que resgatasse a dignidade da utopia.



Os que não concordam com o ideário neoliberal – privilégios jamais tiveram condições de demonstrar à população que não existe e jamais existirá mercado desregulado. Ou seja, ou este é regulado através de normas do Estado, ou é regulado através de uma outra força normativa, a dos fatos, isto é, é regulado pelos mais fortes, que detêm a informação ou o monopólio de vastos setores da economia, ou ambos.

Jamais se levou em consideração que o Estado que aí está tem corporações e privilégios que asseguraram a desigualdade social geral precisamente porque sempre esteve a serviço dos privilegiados que existem na sociedade. Jamais este Estado teve controle público, ou seja, ele sempre esteve impermeável à sociedade, protegido por barreiras burocráticas totalmente hostis ao cidadão comum.

Quando, porém, muitos formadores de opinião afirmam que a esquerda se opõe ao que é moderno, estes porta-vozes do neoliberalismo aproveitam bem, de uma parte, a divisão imperante hoje em nosso meio; e, de outra, ressaltam a ausência de uma proposta contemporânea da esquerda para a reforma do Estado. Uma proposta capaz de fundir as experiências democráticas e revolucionárias realizadas a partir do Iluminismo com as grandes transformações científico-tecnológicas que se operaram nos últimos 25 anos.

As experiências de gestão do Estado Moderno, as duas grandes experiências da esquerda moderna, o bolchevismo e a social-democracia - tanto quanto o fascismo e a democracia republicana típica - partiram da separação formal e real do Estado e da sociedade civil.

As relações entre essas duas esferas - a privada e a pública - sempre foram relações de tutela. O objeto da tutela evidentemente variava segundo o programa e a ideologia das forças políticas que ocupavam o Estado, com maior ou menor “taxa” de democracia política e de respeito aos direitos humanos. Mas a rígida separação entre o Estado, com sua burocracia, e o cidadão, com seus direitos e demandas, imperou rigidamente na forma estatal que emergiu da Revolução Francesa e das demais revoluções populares.

O projeto neoliberal usa precisamente esta oposição e separação real para trabalhar o senso comum e seduzi-lo para sustentar um certo tipo de reforma, especulando com o fato de que a necessidade de reforma é sentida por todos. Todos se sentem separados

e/ou hostilizados por esse Estado impotente para proteger e eficaz para cobrar e punir.

A reforma do neoliberalismo, porém, é a redução, o enfraquecimento, a vingança, pois, contra o monstro inerte, que me torna cada vez mais segregado e desigual! Aí está a força da idéia neoliberal e o redu-to da nossa fraqueza neste período de crise estrutural do Estado Moderno!

Tenho defendido que a posição da esquerda deveria ser de vanguardear a reforma do Estado através de propostas que deixassem evidente que o projeto neoliberal se opõe à cidadania e que apontassem de forma emblemática para a extinção da separação entre o Estado e a sociedade, já que a existência desta separação afirma privilégios e reproduz corporações.

Isso pode se materializar através de mecanismos de controle externo (da administração e do judiciário, por exemplo), mas principalmente através da criação institucional de um novo conceito de espaço público: nele, o Estado abdicaria da sua potestade e se submeteria à cidadania; e os cidadãos, necessariamente, deixariam de lado seus interesses privados para decidirem sobre o interesse público.

Já existem exemplos moleculares dessa combinação da representação política, com a emergência de foros originários da democracia direta (comissões do SUS, Conselhos Tutelares, Conselhos Populares que controlam o orçamento), o que demonstra uma reação espontânea em curso, promovida pelos movimentos sociais. Logo, é possível uma proposta nova, já colocada diretamente pelas relações sociais, que se oponha ao Estado que “transcende a sociedade como Deus transcende o mundo”, como diria o velho Kelsen.

A defesa do Estado que aí está nos compromete com a concepção de um Estado ineficiente para responder às demandas das classes populares. Perante a terceira revolução científico-tecnológica - cujos meios de controle emergentes da informática e das telecomunicações são exponenciais - devemos ter claro que ou a sociedade ocupa o Estado e o reconstrói ou, dotado desses superpoderes, monopólios e Estado vão solidificar a ditadura do fascismo informatizado, cujo Deus será um mercado sem leis.

Tarso Genro é prefeito de Porto Alegre (PT).